

## Introdução

*“Cheguei ao endereço que me foi dado e subi a escada. Mesmo enquanto subia, já podia ouvir os sons que os chalutzim faziam. Vi rapazes com cabelos desgrenhados e camisas de todas as cores, jovens de pernas cabeludas usando short. Alguns usavam sapatos, outros estavam descalços. Havia moças também... era óbvio que existiam chalutzim do sexo feminino. Eram tão morenas e desgrenhadas quanto os rapazes, e tinham olhos que faiscavam de vez em quando com o brilho da terra de Israel.” (Isaac B. Singer - O Certificado)*

Motivados, entre outras coisas, pelo dramático episódio do Holocausto Judeu na II Guerra Mundial, pelas oportunidades vislumbradas com a criação do Estado de Israel e pela possibilidade de convivência com “iguais” (jovens e judeus), centenas de rapazes e moças, meninos e meninas, constituíram um movimento juvenil, sionista, socialista, kibutziano chamado Dror<sup>1</sup>, “pássaro da liberdade”. À semelhança de jovens de outros países, que, na segunda metade dos anos 40 e por toda a década de 50, engrossaram as fileiras dos movimentos judaicos, muitos jovens judeus, no Brasil, fizeram-se herdeiros de uma tradição que remonta idéias da Europa do início do século e engloba o sionismo socialista, os movimentos juvenis e os ideais pioneiros. Acreditando que o problema da discriminação contra os judeus seria resolvido com a participação destes em atividades produtivas dentro de um estado nacional judaico - Israel -, em colônias coletivas - os *kibutzim* - os jovens do Dror politizaram-se, questionaram a ordem burguesa e os papéis a eles oferecidos pela sociedade em que viviam e prepararam-se para uma nova vida na terra distante e sonhada, buscando servir de exemplo para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária no mundo. Alguns, depois de passar pelo Movimento, chegaram a viver em Israel, num kibutz, outros permaneceram no Brasil, vários voltaram. Todos, sem exceção, de um modo ou de outro, ficaram marcados por suas experiências desse tempo. Algumas delas me foram narradas em entrevistas minuciosas, outras ficaram registradas em depoimentos escritos, artigos, livros e documentos (da época ou produzidos posteriormente) que pesquisei de maneira sistemática para falar sobre a juventude no Dror.

“Por que contar essa história?” Porque “histórias” de como as pessoas agiram e se relacionaram com as circunstâncias, as transformações e as determinações sociais de seu tempo interessam àqueles que sentem necessidade de se situar como seres históricos e compreender o mundo em que vivem. O interesse é aguçado quando se trata da trajetória de revolucionários preocupados não só em desafiar a ordem social existente como em contribuir para o estabelecimento de uma nova era, pois, além de lidar com esperanças humanas, sua análise, entre outras coisas, ilumina feições da sociedade mais ampla e seus valores dominantes e esclarece sobre as possibilidades de uma época.

O Dror era um movimento político-educativo, que acreditava na capacidade revolucionária juvenil, criado, organizado e gerenciado por rapazes e moças (um grupo *misto* de intensa convivência) de classe média, *jovens* (num contexto social em que o poder hegemônico está na mão de gerações mais velhas ciosas de manterem sob controle “a juventude”). Além disso, era *socialista* (numa sociedade capitalista), *judeu* (num meio predominantemente cristão), *sionista e kibutziano* (num tempo de celebrado nacionalismo

brasileiro e de possibilidades crescentes criadas pelo desenvolvimento urbano), e, ideologicamente<sup>2</sup>, *sem discriminação sexual*<sup>3</sup> (numa sociedade com marcadas distinções e desigualdades de gênero). Um grupo com todas essas características, com tantas diferenças aparentes com relação à sociedade mais ampla e seus valores dominantes é um material privilegiado para a compreensão dos entrecruzamentos de concepções de gênero, especificidades étnicas e etárias que marcam as vivências de sujeitos históricos em uma determinada época e contexto histórico. É uma fonte rica também para pensarmos sobre a resistência possível, a reelaboração ou absorção de modelos e valores dominantes da sociedade mais ampla, não só porque se trata de jovens radicais, ou de socialistas, ou de pessoas favoráveis à igualdade entre os sexos, ou de judeus, imigrantes ou filhos de imigrantes, mas sim por tudo isso junto e mais, por ter abraçado uma proposta revolucionária de *reeducação global* dos indivíduos.

Como um grupo com tantas especificidades interagiu com as idéias e práticas da sociedade mais ampla, na qual estava inserido?

Esta questão central desdobra-se em várias outras: Como o Movimento juvenil procurava atingir seus objetivos? Em quê as experiências e as visões de mundo dos “companheiros revolucionários”, a seu ver, se aproximavam ou distanciavam dos outros judeus ou outros jovens de classe média dos Anos Dourados<sup>4</sup>? Como a vida no Movimento afetava os relacionamentos entre rapazes e moças? E entre os jovens e seus familiares? Como garotas e rapazes que cresceram num meio com determinadas expectativas de gênero, classe, comportamento juvenil e étnico optaram por e lidaram com (e ajudaram a construir) uma determinada *proposta revolucionária* de vida? (ou, como diria Eric Hobsbawm: Por que jovens *a caminho de um futuro muito melhor que o de seus pais* se sentiriam atraídos pelo radicalismo político?) Até que ponto queriam, puderam ou conseguiram romper com os valores dominantes e os projetos sociais a eles apresentados?

Como os jovens do Dror vivenciaram a sua juventude? O que era para eles ser jovem? Implicava em especificidades que diferiam essa fase da fase adulta? Essa idéia coincidia com as representações dominantes e as expectativas sociais relacionadas à juventude? Como definiam o papel dos jovens no projeto revolucionário que encampavam? Como caracterizavam os “outros” jovens de seu tempo e como se relacionavam com eles?

Como as diferenças sexuais foram interpretadas e invocadas, constituindo as relações sociais e os significados de masculino e feminino, nas práticas, propostas e mentalidades dos jovens do Dror? As relações de gênero dominantes na sociedade mais ampla resistiram em um grupo jovem, estruturado, emocionalmente motivado e com um projeto explícito de mudança de práticas e valores?

Este, portanto, é um trabalho preocupado com a historicidade das relações sociais, que trata da relação entre circunstâncias históricas, determinações sociais e sujeitos históricos. Vinculado aos estudos de gênero e de juventude, ele também se preocupa com os elementos baseados nas percepções de diferenças sexuais e de especificidades etárias que constituem as relações sociais e são produzidos historicamente. A questão étnica aparece aqui como um elemento fundamental na caracterização do grupo.

Seu recorte temático são as vivências da juventude no movimento juvenil judaico Dror brasileiro na segunda metade dos anos 40 e na década de 50 do século XX.

Este trabalho caminha na direção de outros que optam por estudar jovens em grupos sociais determinados, não falando da Juventude *em abstrato, como uma espécie de energia potencial de mudanças, ainda que culturalmente constituída*, mas sim considerando que existem *múltiplas identidades que recortam a juventude* de uma determinada sociedade, época ou geração, em outras palavras, levando em conta que a *experiência social dos jovens* pode assumir diversas configurações<sup>5</sup>. Não só a juventude de classe média dos Anos Dourados no Brasil era um grupo diversificado, no qual o movimento juvenil Dror era, entre outras, uma possibilidade histórica, como, dentro do próprio Dror, vamos encontrar diferenciações entre os jovens.

É preciso deixar claro alguns limites dessa pesquisa e suas possibilidades de responder a contento as perguntas que exigem o estabelecimento de comparações entre os jovens do Dror e a juventude em geral ou a sociedade mais ampla, judaica ou brasileira, do período. No Brasil, mal contamos com alguns estudos localizados em alguns aspectos da sociedade e da cultura brasileiras nos anos 40 e 50, mais raros ainda os que tratam das classes médias, das relações de gênero e/ou que estudam o tema juventude dessa época.<sup>6</sup> Em nosso país, os pesquisadores preocupados com algum aspecto da juventude no Brasil dos anos 50 não têm o privilégio dos estudiosos norte-americanos, por exemplo, de contar com uma quantidade considerável de pesquisas detalhadas (feitas por indivíduos e equipes, na própria época ou atuais) sobre a juventude de classe média de seu país, estatísticas cuidadosas, observações de campo, inúmeras biografias e autobiografias, depoimentos, coleções de cartas, romances, trabalhos específicos<sup>7</sup>, resenhas, revisões e reavaliações de estudos já feitos. O resultado dessas pesquisas, que já permitem aos norte americanos uma visão mais global sobre seus jovens, não podem ser simplesmente transplantados para a nossa realidade. O tema “juventude no Brasil nos anos 40 e 50” continua merecendo a atenção dos pesquisadores. Portanto, as observações que permeiam todo esse trabalho relativas à juventude e à sociedade da época são baseadas em alguns dos estudos existentes, em entrevistas realizadas por mim para o Projeto Coletivo de Pesquisa *Histórias Femininas: Memórias e Experiências* (do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu - UNICAMP), em meu mestrado sobre revistas femininas e relações homem-mulher nos Anos Dourados, em pesquisas que realizei nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* da década 50, em leituras de romances e, principalmente, nos depoimentos coletados para esse estudo sobre os jovens do Dror.

A juventude (juventude entendida como construção social) no final dos anos 40 e na década de 50 foi vivida de formas diferentes conforme as distinções existentes entre grupos culturais e étnicos, diferenças de classe e gênero e variações subjetivas. Muito já foi escrito sobre a dificuldade, ou melhor, impossibilidade, de se encontrar uma definição de juventude válida para todos os lugares, sociedades e tempos históricos e sobre a variação do grau de destaque dado ao grupo etário jovem em cada sociedade<sup>8</sup>. Podemos dizer que “juventude” remete à idéia de uma “época da vida”, uma condição transitória entre a infância e a fase adulta<sup>9</sup> - uma definição mais completa (duração, significados, variações etc.) já exige uma localização social, espacial e temporal.

No momento histórico que nos interessa, a juventude possuía um *status* próprio, situava-se entre a dependência característica da infância e a autonomia da fase adulta. Era considerada um período desenvolvimento físico e crescimento intelectual, de maturação sexual e psicológica, ainda sem a experiência dos adultos. Além disso, era vista como uma

época da vida a ser dedicada, em grande parte, à educação preparatória para a vida adulta (que envolveria trabalho, constituição de família, deveres para com a manutenção da ordem social, participação política, variando para homens e mulheres), à adaptação ao sistema social mais amplo. Para as classes médias e altas (particularmente os pais, professores e profissionais que lidavam com os jovens destas classes), a juventude estava *livre das responsabilidades do mundo adulto*, era problemática, imatura, instável e vulnerável, necessitando, portanto, de disciplina, proteção, supervisão e orientação<sup>10</sup>. Juventude teria também um sentido de *turbulência e renascimento* e seria *o germe da nova riqueza para o futuro, uma promessa de regeneração individual e coletiva*.<sup>11</sup>

Os jovens brasileiros a partir de meados dos anos 40 e por toda a década de 50 viveram em um país que passava por várias transformações sob o impacto do otimismo do pós-II Guerra, do desenvolvimento industrial e urbano sem precedentes e da ascensão das classes médias. Foi um período de maior liberdade política se comparado a épocas anteriores, confiança na modernidade e vontade de inovar. Em geral, a população brasileira viu ampliado seu acesso à informação, às formas de lazer e aos bens de consumo. Os campos da literatura, do teatro, das artes, da arquitetura, da música popular brasileira e das ciências sociais também se desenvolveram, correspondendo à demanda criada pela formação de um público consumidor crescente.<sup>12</sup> O nível de escolaridade do povo como um todo e da população feminina em particular também cresceu - no ensino elementar e no médio, os dois sexos estavam já bastante próximos<sup>13</sup>. Aumentaram as possibilidades ocupacionais nos setores industriais e de serviços<sup>14</sup>. Com isso, os jovens já podiam acalentar mais esperançosos projetos de ascensão econômica e (principalmente os rapazes) de independência familiar (o que contribuiu para um certo declínio do poder paterno sobre eles). No Brasil, as profissões liberais e os empregos de colarinho branco estavam entre os mais atraentes para os rapazes. Para os que completassem os estudos universitários, especialmente em medicina, direito ou engenharia, a aprovação da família e o *status* social estariam praticamente garantidos. Desenvolveram-se mais oportunidades de trabalho também para as senhoritas e senhoras de classe média no setor público, nos serviços burocráticos, no comércio, nas áreas de comunicação, saúde e educação<sup>15</sup>. Entretanto, as mulheres continuavam se concentrando em profissões tidas como femininas e mesmo sobre estas pairava a idéia amplamente difundida da incompatibilidade entre casamento/maternidade e vida profissional<sup>16</sup>. Entre as carreiras mais procuradas pelas jovens de classe média, e socialmente aceitas, estava o magistério - visto como a profissão mais próxima à maternidade e uma possibilidade de trabalhar apenas por meio período. Apesar de enfrentarem preconceitos, as mulheres desta classe social que passaram a ganhar o próprio salário adquiriram uma certa independência e maior poder para interferir nas decisões familiares. A educação escolar feminina tornou-se mais valorizada (dadas às exigências de maior qualificação da mão de obra) entrando, por vezes, em choque com as idéias da vocação prioritária da mulher para a vida no lar e da sua subordinação ao marido<sup>17</sup>.

Os jovens dessa época estavam sob a influência ideológica da família-modelo: nuclear, com uma nítida divisão de papéis - reservava aos homens, ao lado da responsabilidade de principal provedor do lar, poder e autoridade sobre as mulheres. Estas deveriam ocupar-se prioritariamente com suas funções de dona de casa, mãe e esposa, consideradas o destino natural de toda mulher. A participação das mulheres de classe média

no mercado de trabalho era vista com ressalvas e preconceitos, assim era comum que as jovens fossem desestimuladas de seguirem carreiras profissionais. Os mundos da política e do trabalho fora do lar eram considerados fundamentalmente masculinos. Iniciativa, comando, raciocínio lógico não faziam parte do ideal de feminilidade, apresentado pela moral dominante, mais freqüentemente, como um misto de pureza, vocação materna, resignação, prendas domésticas, doçura e sedução. Esse ideal estava ligado ao consumo de certos produtos e à adequação a determinados padrões, modas e idéias. Os valores burgueses chegavam aos jovens como naturais e universais, desqualificando quem não pudesse ou quisesse segui-los. A moral sexual era diferenciada para homens e mulheres; aos primeiros permitia-se a multiplicidade de experiências sexuais mesmo após o casamento, enquanto as mulheres deveriam manter-se recatadas, virgens e puras quando solteiras, fiéis e submissas se casadas, enfim, contidas sexualmente. Conforme esta moral, as mulheres não casadas estavam condenadas à abstinência sexual. A própria legislação tratava de preservar a autoridade máxima do pai/marido, o “chefe da casa”, sobre a família. As leis brasileiras não contemplavam o divórcio e mesmo o desquite, que trazia uma série de limitações (que, na prática, prejudicavam mais as mulheres), não era bem visto pela moral conservadora.<sup>18</sup> O Código Civil previa a possibilidade de anulação do casamento caso a noiva não fosse virgem<sup>19</sup>. O catolicismo ainda era poderoso ao definir regras de comportamento, apesar de estar perdendo terreno para outras concepções de mundo presentes em outras religiões, na mídia, na educação laica das escolas, nos valores importados de outros países, especialmente os Estados Unidos<sup>20</sup>.

Acompanhando as mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento econômico e das cidades, alguns padrões culturais também passavam por modificações nesta época. A vivência nas cidades trazia maiores oportunidades de aproximação e convívio de homens e mulheres. Com a urbanização, os jovens ganhavam pontos de encontro e várias de suas atividades não se confundiam mais com as da família ou prioritariamente dos adultos. O convívio escolar, as atividades esportivas, os passeios com os amigos, os bailes, as lanchonetes, as praias e os cinemas eram importantes espaços de sociabilidade juvenil e contribuíam, muitas vezes, para a aproximação de rapazes e moças (favorecendo, inclusive, escolhas afetivas, comumente entre os de mesma classe social).<sup>21</sup>

Os meios de comunicação reproduziam os padrões da moral dominante, mas, ao mesmo tempo, abriam brechas para novas idéias e imagens desviantes que contribuíram para a reformulação de conceitos relativos à feminilidade, masculinidade, relacionamento pais e filhos, mestres e alunos (mais informais), juventude (mais valorizada, com mais iniciativa)<sup>22</sup>. A importação de padrões culturais norte-americanos - que não se deu sem conflitos -, especialmente através do cinema e da música, teve sobre a sociedade brasileira influências contraditórias. O cinema difundiu o *american way of life* e o gosto pela novidade, destacou a figura do jovem (promoveu “valores juvenis” e a “juvenilidade”), colaborou com a definição de novos padrões de feminilidade e masculinidade com seus hábitos mais “liberais”, suas musas sensuais, sua mocinhas “decididas e independentes”, seus personagens rebeldes ou galãs mais “femininos”, ao lado dos “cowboys machões” e das mulheres “ingênuas e bem comportadas”. Os filmes também ajudaram a influenciar os jovens em suas concepções de amor e felicidade, comportamento e moda. Os bailes, as boates e as músicas produzidas especialmente para o público jovem contribuíram para

intensificar, entre rapazes e moças, a identidade etária, a manifestação (só a que era pública e aceita) da sensualidade e a consciência corporal.<sup>23</sup>

A juventude de classe média vivia em uma cultura que, em geral aprovava sua vitalidade, tolerava pequenas “extravagâncias” como “coisas próprias da idade” e acreditava que os jovens seriam cidadãos respeitáveis se fossem protegidos, bem orientados, tivessem “bons exemplos” e andassem em “boas companhias”. A revista *O Cruzeiro*<sup>24</sup>, por exemplo, tratava essa juventude como “brotolândia”, confiava no futuro e dava espaço para seus rostos bonitos e saudáveis e suas atitudes bem comportadas. A idéia da juventude-problema, delinqüente, raramente aparecia nessa revista e a “rebeldia juvenil” era vista praticamente em atitudes muito localizadas.<sup>25</sup> Entretanto, está claro que as instituições sociais preocupavam-se com a educação dos jovens e a continuidade dos valores morais dominantes tentando impor-lhes seus modelos e limites - tais como a subordinação/respeito à autoridade dos pais e dos mais velhos, a importância dos estudos, os deveres patrióticos, o valor do trabalho “produtivo” (para os rapazes) e do doméstico (para as moças), a importância do casamento tradicional como “a verdadeira estrutura da sociedade” e garantia de respeitabilidade social, o valor da família como a base do “esplendor de um povo sadio de moral” - e procurando reprimir os comportamentos desviantes. A sociedade dava aos jovens com mais idade liberdade para escolherem seus cônjuges, ainda que as famílias procurassem ter alguma influência sobre os casamentos dos filhos.<sup>26</sup>

Entre os jovens, seguindo os padrões da sociedade mais ampla, as desigualdades de gênero eram também marcantes. O ideal da “moça de família” (virgem, contida sexualmente, bem comportada, obediente aos pais, preparada para o casamento, de boa reputação), em oposição à “garota de programa” ou “leviana”, manteve-se como um modelo para as jovens do pós-II Guerra (até, pelo menos meados dos anos 60<sup>27</sup>) que cresceram conhecendo a estreiteza dos comportamentos aceitáveis para as mulheres que buscavam o reconhecimento social. As garotas aprendiam que seu principal objetivo na vida era tornarem-se esposas e mães e que ambições políticas, profissionais e intelectuais poderiam atrapalhar suas chances de casamento. Ouviam e liam que o sexo - um assunto marcado por preconceitos e desinformação - era diferente para homens e mulheres, que outras formas de sexualidade que não a matrimonial socialmente legitimada eram motivo de vergonha e condenação, e que deveriam, portanto, controlar-se ao mesmo tempo em que tinham de ser tolerantes para com as infidelidades masculinas.<sup>28</sup>

Os rapazes tinham mais liberdade que as moças, estas, em muitas situações, sujeitas à vigilância de parentes, adultos ou do próprio grupo de amigos(as). Assim, muito mais que os rapazes, as jovens deveriam preocupar-se constantemente com as aparências. Eles, por outro lado, eram incentivados a terem várias experiências sexuais; como a pureza das “moças de família” tinha de ser preservada, a moral dominante aceitava que procurassem satisfação sexual com prostitutas (e, por vezes, com garotas com quem não pensavam em compromisso, geralmente mulheres de classe social mais baixa).<sup>29</sup>

As expectativas sociais diferenciadas com relação a gênero (traduzidas em situações tais como educação separada e/ou distinta, atividades esportivas, brincadeiras, leituras, espaços, vocabulários, atividades e atitudes considerados próprios apenas para um sexo ou para o outro) criavam para grande parte dos garotos e garotas mundos relativamente separados e interesses diferentes. A experiência de conversar, trocar confidências e fazer

amizades estreitas com pessoas do sexo oposto de idade próxima com o mesmo grau de cumplicidade possível com amigos do mesmo sexo era rara e só se tornava mais viável no final da juventude. Não é muito arriscado dizer que, especialmente na adolescência, era comum garotas e rapazes conhecerem-se relativamente pouco e as representações de gênero dominantes terem um peso bastante relevante nos relacionamentos entre jovens.<sup>30</sup> As moças podiam demonstrar afeto pelas amigas, dançar juntas, conversar sobre coisas íntimas, expor sua sensibilidade; os rapazes, entretanto, eram freqüentemente levados a esconder seus sentimentos dando provas de masculinidade sem “escorregar” em qualquer atitude que pudesse ser interpretada como traço de homossexualismo. Várias dúvidas e conflitos (dificuldades na decodificação ou manutenção dos significados de gênero estabelecidos) surgiam com freqüência quando as “moças de família” não se comportavam de acordo com as expectativas; os rapazes não sabiam o que pensar delas, ficavam confusos, ou as encaixavam nos estereótipos disponíveis.<sup>31</sup>

A hegemonia dos modelos dominantes e o controle da sociedade mais ampla sobre o comportamento dos jovens não se dava, nessa época, sem contradições, conflitos e adaptações proporcionados não só por transformações ocorridas na sociedade e na economia como também por questionamentos e rebeldias de determinados rapazes e moças. Num tempo de mudanças e paradoxos nas definições de feminilidade (“tradicionais” e “modernas”); as aprendidas na família e as vistas no cinema ou as valorizadas por certos grupos juvenis), as próprias jovens de classe média poderiam ter dúvidas sobre um ou outro aspecto do comportamento adequado a uma moça. “Mensagens contraditórias” passadas às garotas - como a possibilidade de obterem uma educação primária ou secundária equivalente à dos rapazes (capacitando meninos e meninas para tarefas iguais, possibilitando a participação no mercado de trabalho e ganhos salariais) e a expectativa de futuros diferentes para homens e mulheres, ou a valorização do amor romântico e as regras restritivas que “domesticavam” esse amor ou impossibilitavam sua realização - provocaram em certas jovens sentimentos de frustração e revolta. A valorização da juventude - expressa, por exemplo, no aumento do poder decisório dos jovens para escolher seus parceiros ou consumir certos produtos - provocava conflitos desta com os conservadores de gerações mais velhas. Comportamentos desviantes criavam estratégias de manutenção das aparências. Insatisfações, inadequações e transgressões (punidas ou não) comprometiam os limites de gênero e as hierarquias tradicionalmente estabelecidas entre jovens e adultos; proporcionaram algumas mudanças em trajetórias individuais, serviram de herança para transformações sociais futuras ou, até mesmo, definiram novos estilos de vida em seu próprio tempo. O estudo das experiências<sup>32</sup> dos jovens no Dror explora algumas dessas potencialidades incrementadas pelas especificidades do próprio Movimento juvenil.

A pesquisa em arquivos e as entrevistas necessárias à realização desse trabalho não ficaram restritas ao Brasil. Além de consultar os documentos, livros e fotografias da época, gentilmente colocados a minha disposição por ex-militantes droristas e os arquivos do Dror em São Paulo, pesquisei nos arquivos do kibutz Bror Chail em Israel. Em Israel, também encontrei-me com ex-droristas e fiz longas entrevistas nos *kibutzim* Bror Chail e Mishmar Hanegev, e nas cidades de Jerusalém e Tel Aviv.

Entre as fontes documentais analisadas, estão textos produzidos e/ou utilizados pelo Movimento (livros, atas de congressos, revistas, folhetos, jornais, material de propaganda,

programas educacionais, esboços de palestras, letras de músicas). Os depoimentos colhidos - com 30 ex-participantes do Movimento Dror brasileiro, 1 “adido”, 1 ex-participante do Movimento Hashomer Hatzair, 1 ex-membro do Dror Uruguaio - totalizam perto de 90 horas de gravações. Obtive informações também em conversas informais e em textos escritos por ex-membros do Dror e entrevistas publicadas nas revistas *O Macabeu*, *Shalom* e *Na'amat*, no jornal *Tribuna Judaica*, em autobiografias que fazem referência à experiência no Movimento juvenil<sup>33</sup>, em trechos de Memorial para concurso de professor titular, em trabalhos acadêmicos e fotografias<sup>34</sup>.

A escolha dos entrevistados pautou-se pela tentativa de contemplar diversas variáveis significativas para a pesquisa que pudessem tanto dar margem à construção de generalizações quanto à percepção de pontos de vista alternativos.<sup>35</sup> O número de depoimentos não foi definido a partir de algum critério que permitisse esgotar todas as possibilidades de respostas, trajetórias e interpretações, mesmo porque, à medida em que as entrevistas são realizadas, parece ser possível nos aprofundarmos cada vez mais na busca de novos ângulos, traços mais definidos, interpretações mais abrangentes<sup>36</sup>. Entretanto, a coleta dos depoimentos levou em conta, entre outras coisas, a intenção de conferir um grau mínimo de representatividade do material de pesquisa, a possibilidade de cotejar os depoimentos uns com os outros e com outras fontes<sup>37</sup>. Tendo tido o privilégio de conversar com pessoas interessantes e bem articuladas, muitas delas com reflexões elaboradas sobre os diversos assuntos tratados, optei por transcrever, ao longo do trabalho, trechos dos depoimentos, inclusive, colocando os ex-companheiros para conversar quando tinham idéias complementares ou contraditórias.

Entrevistei ex-militantes do Dror nascidos aproximadamente entre 1926 e 1944<sup>38</sup> em busca de narrativas que contemplassem sua juventude e a dos seus contemporâneos de Movimento juvenil. As entrevistas foram realizadas seguindo a estratégia de histórias de vida (narrativas de trajetórias individuais) temáticas. Envolveram questões como:

- *família* - origem, trajetória familiar, estilo de vida, expectativas familiares, posições políticas e religiosas, contato com a comunidade judaica;
- *juventude* - cotidiano e projetos de vida antes e depois de ingressar no Movimento (rompimentos e permanências), estudos, amizades, relações afetivas, relacionamento familiar, os jovens contemporâneos;
- *Movimento* - motivações pessoais para a participação no Dror, atuação e envolvimento, grau de adequação aos valores do grupo, estrutura e atividades do Movimento, relacionamentos pessoais com os companheiros, relacionamento entre os companheiros, a ideologia e o cotidiano do Dror, valores e comportamentos (padrões e atitudes, pessoais e coletivas, de garotos e garotas, rapazes e moças, de jovens de fora do Movimento), concepções de masculinidade e feminilidade, relações homem-mulher, trajetória pessoal no Dror, atuação dos outros *chaverim* - rapazes e moças - do Movimento, idéias de maturidade, responsabilidade, coletivismo e privacidade e identidade etária, *realização pessoal*, projetos e expectativas (com relação ao futuro profissional e afetivo/familiar, a Israel, ao kibutz etc.);
- quem chegou a participar do *kibutz experimental* no Brasil respondeu a questões específicas sobre suas vivências e percepções nesta sociedade coletivista.

As entrevistas<sup>39</sup> procuraram privilegiar tanto as trajetórias individuais quanto as considerações dos entrevistados sobre “como era a vida dos jovens na época”, “como se



comportavam os rapazes e moças”, “quais as expectativas da sociedade para com os jovens”, etc. Essas considerações trazem boas pistas sobre as representações da época, são uma via de acesso privilegiada para se chegar às idéias sobre família, geração, grupo etário e diferença sexual. Na medida das possibilidades das fontes orais e dos outros materiais pesquisados, são feitas comparações entre os jovens do Dror e os não pertencentes ao grupo, e entre os próprios integrantes do Dror (rapazes e moças, *mais velhos e mais novos*, instrutores e educandos, *conscientizados e burgueses*).

Esse não é um trabalho de história comparada de movimentos juvenis, pois privilegia um recorte vertical e aprofundado de questões da ideologia e da prática específicas do Dror. Entretanto, em determinados momentos, estas são cotejadas com visões droristas sobre outros movimentos juvenis contemporâneos e com informações e análises de autores que estudam o pensamento e a dinâmica de movimentos constituídos por jovens em décadas anteriores ao período estudado.

Os depoimentos - vozes e versões de quem viveu os acontecimentos - permitem o acesso a questões ausentes dos documentos droristas “oficiais”. Conduzem-nos pelos caminhos da vida cotidiana, das motivações pessoais e das condições para a criação e recriação de identidades coletivas (tais como *jovem, judeu, proletário, revolucionário*), a partir de experiências compartilhadas e ideologias elaboradas. O confronto dos relatos uns com os outros e com os diversos materiais nos dá, em perspectiva, a localização dos indivíduos diante dos acontecimentos de seu tempo (especialmente os que afetaram mais diretamente os judeus), das tendências de sua época e fornece subsídios para o entendimento da articulação entre sujeito histórico e determinações sociais (de origem, classe, gênero, faixa etária etc.). Além disso, embora digam respeito a percepções individuais<sup>40</sup>, os depoimentos, tomados em conjunto, ajudam na compreensão de processos sociais mais amplos, como, por exemplo, o estabelecimento de padrões de comportamento ou modos de pensar, a reelaboração da identidade judaica, a releitura de tradições culturais, a evolução das relações familiares, a elaboração de concepções de juventude ou de gênero, o poder das idéias, o lugar dos jovens na História.

Por outro lado, tão importantes quanto os padrões (que surgem da análise de um número significativo de entrevistas), são os aspectos únicos e irredutíveis das histórias de cada um que nos permitem acesso às escolhas que os indivíduos fizeram em relação à cultura que lhe foi transmitida, à bagagem de modelos e *scripts* oferecidos pelo meio social (a sociedade brasileira, a coletividade judaica no Brasil, a situação dos judeus no mundo), pela família e pelo Movimento juvenil.

O trabalho está dividido em três capítulos que seguem uma linha de argumentação. O capítulo I contextualiza historicamente o Movimento e os jovens que dele fizeram parte. O capítulo II trata das fontes ideológicas e das tradições que inspiravam as idéias e as práticas desenvolvidas no Dror e da ideologia do Movimento no Brasil. O capítulo III analisa as práticas sociais, a *ação educativa* e o cotidiano no Movimento juvenil no Brasil; aborda também a “cultura do grupo” - as idéias hegemônicas e os padrões de comportamento - e como agiam os jovens militantes diante dela e com relação às suas famílias, aos outros jovens contemporâneos e às suas possibilidades de futuro. Após a conclusão, um glossário com as palavras em hebraico e iídiche e alguns outros termos utilizados ao longo do texto. Como apêndices, o organograma e os hinos do Movimento.

As fontes dos textos publicados utilizados no trabalho são identificadas logo após a citação. Na citação dos depoimentos, a identidade dos entrevistados foi preservada: os nomes foram trocados por números, pares para mulheres, ímpares para homens, em ordem crescente de acordo com a idade do entrevistado, permitindo que o leitor reconheça se as opiniões transcritas vêm de um homem ou de uma mulher, de alguém que participou do Dror no início ou em um momento posterior.

Entre as pessoas que me contaram sobre seu tempo no Dror, encontram-se hoje membros de kibutz e profissionais destacados de diversas áreas como economia, medicina, psiquiatria, psicologia, literatura, jornalismo, história, ciências sociais, administração de empresas, *marketing*, educação, assistência social, política, música, artes plásticas, *design*, cinema entre outras.

Vários deles manifestaram suas expectativas com relação ao meu trabalho, apresentaram sugestões de como ele deveria ser desenvolvido - mostrar “como as personalidades foram moldadas pela participação no Movimento” ou “como o Dror abriu caminhos para o sucesso de seus ex-militantes em suas várias áreas de atuação”, “compreender o Movimento como um fruto fora de época do Romantismo”, “estudá-lo à luz da psicanálise de grupo” etc., etc. -, questionaram meus métodos e a validade de suas próprias lembranças como fonte de pesquisa, sugeriram bibliografia, emprestaram-me livros. A grande maioria dos depoimentos também foi carregada de emoções; alguns, de lágrimas. Vários agradeceram a oportunidade de falar do passado. Embora saiba que o retrato que apresento do Dror possa frustrar expectativas individuais e não corresponder exatamente às visões particulares que me foram transmitidas, gostaria de deixar registrado que entendi, aprendi, incorporei e valorizei a visão de cada entrevistado. Hoje, vários deles tornaram-se meus amigos e cúmplices.

Nem todas as pessoas com quem entrei em contato ao longo dos anos de pesquisa dispuseram-se a dar a entrevista solicitada. Talvez por não acharem o projeto algo tão importante, por não terem vontade de “voltar no tempo” ou por desconfiarem de uma não-judáia disposta a tratar de “assunto judaico”. Os que, entretanto, me receberam em suas casas, em casas de amigos ou locais de trabalho, foram muito gentis e solícitos. Meu obrigada a:

Alberto Dines  
Anna Verônica Mautner  
Aron Kremer  
Bernardo Kucinski  
Betty Loeb Greiber  
Cecília Pinsky  
Clara Sverner  
Dov Tsamir (Bernardo Cymyring)  
Éden Lam  
Elena (Camerini) Moritz  
Elisa (Suskind) Simbalista  
Eviatar Friesel (Sigue Friesel)

Fani (Gruber) Wajtsberg  
Fela Mester  
Fizel Czeresnia  
Gabriel Bolaffi  
Henrique Lam  
Ida Sgartman  
Jaime Pinsky  
Jaime Volich  
Judith (Lieblich) Patarra  
Judith Nutas  
Júlio Mester  
Lea (Ben Iaquir) Tsamir

Miriam (Salon) Mau Roth  
Mira (Wainfeld) Perlov  
Moisés Pinsky  
Nair (El Asari) Kremer  
Paulo Singer

Richard Kanner  
Rifka (Auerbach) Berezin  
Tema (Rosencramtz) Warchawsky  
Valde Guertman  
Zício Simbalista

Várias pessoas me ajudaram direta ou indiretamente a realizar esse trabalho, agradeço muito a todas. Entretanto, não posso deixar de citar nominalmente os que fizeram a gentileza de me emprestar documentos caros, cuidadosamente guardados por décadas, livros antigos e fotografias: Paulo Singer, Alberto Dines, Valde Guertman, Henrique Lam e Jaime Pinsky. A Oscar Zimmerman (Chico) e Aron Thalenberg (Árale) sou grata por terem sido meus anfitriões em Bror Chail. À professora Guita Debert, sempre disposta a dialogar, agradeço muito a orientação interessada e as longas horas que passamos discutindo os caminhos do trabalho. Aos professores Michael Hall e Mariza Corrêa, da banca do exame de qualificação, obrigada pelas correções e sugestões. (Evidentemente, sou a única responsável pelas escolhas que fiz nessa tese). Obrigada também aos parentes Pinsky que me ajudaram com traduções do hebraico, ao meu irmão Renato que digitou o organograma, e à minha mãe que colaborou muito em questões operacionais e acompanhou com palavras de incentivo as várias etapas do meu doutorado. À família, sempre, obrigada pela torcida. E finalmente, acima de tudo, sou extremamente grata ao Jaime, cujo inestimável apoio material, intelectual, emocional e afetivo foi vital para a realização do meu trabalho.

---

<sup>1</sup> O Movimento ao qual me refiro como Dror, na verdade, mudou de nomes várias vezes. Nesse trabalho, optei por chamá-lo simplesmente de Dror, como faziam os contemporâneos, para facilitar sua identificação. O “Dror” em São Paulo surgiu primeiramente com o nome de Freiheit em 1945, mas logo passou a ser Dror (N. FALBEL 1996 p. 86,88); em janeiro de 1952 (unificação do Dror da América Latina com o movimento Habonim da França, Argélia e Tunis) passou a chamar-se Habonim-Dror; após dezembro de 1952 tornou-se Ichud Hanoar Hachalutzi (união do “Dror” com o Gordônia-Macabi Hatzair), na segunda metade de 1958 tornou-se Ichud Habonim Dror (Ichud Habonim - nomenclatura resultante da união internacional dos movimentos Ichud Hanoar Hachalutzi, Habonim-Tnuá Hameuchedet e Hanoar Haoved; Dror - adotada no Brasil para facilitar a identificação por parte da comunidade judaica brasileira). Essas informações foram obtidas em pesquisas nas atas de reuniões do Movimento produzidas em diferentes datas.

<sup>2</sup> Uso o termo ideologia no sentido dado pelos membros do Dror: conjunto de idéias, o pensamento.

<sup>3</sup> Esses princípios faziam parte do ideal kibutziano e apareciam explicitados em vários documentos produzidos pelo Movimento no Brasil.

<sup>4</sup> Anos Dourados aqui referem-se ao período posterior ao término da II Guerra Mundial até o final da década de 50 do século XX.

<sup>5</sup> Esses termos em itálico são empregados por R. CARDOSO e H. SAMPAIO (1995 p.18) e L. PASSERINI (1996 p.367) respectivamente. Estas autoras demonstram como análises de culturas juvenis ou grupos de jovens mais específicos podem ser mais interessantes e esclarecedoras para a compreensão dos aspectos sociais que envolvem a juventude. Em 1972, L. ROSENMAYR, ao fazer um balanço das novas orientações teóricas da sociologia da juventude, já defendia esta mesma proposta.

<sup>6</sup> com relação ao tema juventude brasileira dos anos 50, são acessíveis apenas considerações esparsas de cientistas sociais contemporâneos (tais como A. CÂNDIDO 1951, E. WILLIAMS 1954, T. AZEVEDO 1961), alguns trabalhos que tocam em certos aspectos do tema (como H. SAFFIOTI 1979, R. PRADO 1981, R. AZZI 1990, T. AZEVEDO 1986, C. PEREIRA 1986, C. BASSANEZI 1992a, 1996 e BASSANEZI e URSINI 1995, K. BESSA 1994), algumas biografias (por exemplo: C. da SILVA 1984, SFAT e CABALLERO 1988) e histórias de ficção como, por exemplo, as de Zélia Gatai e Rachel de Queiroz.

<sup>7</sup> sobre os estudantes, os universitários, os “rebeldes”, os *beats*, a produção musical e cinematográfica para o mercado juvenil, os padrões de namoro, a sexualidade, os jovens brancos e jovens negros, as garotas de classe média, brancas dos subúrbios e de Nova York, a experiência da juventude em Buffalo, etc..

<sup>8</sup> por exemplo, S. N. EISENSTADT (1976), P. ARIÈS (1986), N. DAVIS (1990), J. PAIS (1993), H. ABRAMO (1994).

<sup>9</sup> G. LEVI e J.-C. SCHMITT (1996 - “introdução”).

<sup>10</sup> J. R. GILLIS (1981).

<sup>11</sup> Essa visão, consolidada a partir da virada do século XX, foi se modificando nas décadas seguintes à de 50. J. R. GILLIS (1981: “The era of adolescence 1900-1950”, “The end of adolescence: youth in the 1950s and 1960s”) e L. PASSERINI (1996).

<sup>12</sup> W. CANO (1986); E. BARROS (1990); R. ORTIZ (1988).

<sup>13</sup> H. SAFFIOTI (1979); L. COSTA (1984); C. BASSANEZI (1992).

<sup>14</sup> P. SINGER e F. MADEIRA (1973); W. CANO (1986).

<sup>15</sup> P. SINGER e F. MADEIRA (1973); L. COSTA (1984).

<sup>16</sup> L. COSTA (1984).

<sup>17</sup> P. SINGER e F. MADEIRA (1973); L. COSTA (1984); C. BASSANEZI (1992)

<sup>18</sup> C. BASSANEZI (1992).

<sup>19</sup> ALVES e BARSTED (1987).

<sup>20</sup> C. CICCIO (1979); J. R. PRANDI (1975).

<sup>21</sup> T. AZEVEDO (1961); A. CÂNDIDO (1951); E. WILLEMS (1954); C. BASSANEZI (1992).

<sup>22</sup> C. BASSANEZI (1992).

<sup>23</sup> C. CICCIO (1979); C. PEREIRA (1986).

<sup>24</sup> No Brasil da década de 50, a revista *O Cruzeiro* se destacava como um dos meios de comunicação mais importantes da época, primeiro lugar entre as revistas nas pesquisas do IBOPE, presente nos lares da classe média urbana e lida por toda a família.

<sup>25</sup> C. BASSANEZI e L. URSINI (1995).

<sup>26</sup> C. BASSANEZI (1992).

<sup>27</sup> segundo constatei em minha pesquisa com revistas femininas que abarca de 1945 a 1964. C. BASSANEZI (1992).

<sup>28</sup> C. BASSANEZI (1992), (1994), (1996). Algumas pesquisas feitas nos Estados Unidos e na Inglaterra relatam, para esses países, grandes mudanças no comportamento sexual no sentido de uma maior liberalização da sexualidade entre os jovens. Já outros trabalhos (mais recentes) procuram mostrar os limites dessa “suposta liberalização” que teria ocorrido nos anos 50. Para o Brasil, pelos indícios disponíveis não parece muito arriscado dizer que os costumes sexuais (no sentido mais restrito), na classe média, só tenham conhecido “grandes mudanças” bem mais tarde.

<sup>29</sup> C. BASSANEZI (1992), (1994), (1997).

<sup>30</sup> Para além das distinções entre feminino e masculino, outras marcavam a experiência da juventude: diferentes trajetórias e projetos familiares, local de moradia (por exemplo interior ou capital, bairros mais humildes ou de elite), meio social, etnicidade etc. Entretanto, as distinções de gênero fundamentais e o desenho básico dos modelos dominantes (como a necessidade da manutenção da virgindade para a “moça de família”) mantinham-se as mesmas e eram conhecidas por todos. (C. BASSANEZI 1994, 1996).

<sup>31</sup> C. BASSANEZI (1994).

<sup>32</sup> O conceito de experiência aqui empregado baseia-se em E. P. Thompson: um termo médio entre o ser social (as vivências, as relações e as práticas determinadas de homens e mulheres em sua vida material) e a consciência social (o pensamento, a reflexão, a autoconsciência destas relações), o ser social coloca limites e exerce pressões, que são experimentadas, sobre as possibilidades de ação e a consciência dos atores históricos (E. P. THOMPSON 1978). *E. P. Thompson, como um adepto do materialismo histórico, afirma que a*